

Orçamento 11 AGO 1990

Governo controla o gasto orçamentário

BRASÍLIA — O projeto de lei de revisão do orçamento que tramita no Congresso mostra a estratégia do governo de criar superávites fiscais e evitar despesas que possam aquecer a economia. No artigo 3º, por exemplo, o Executivo pede ao Congresso autorização para usar Cr\$ 144,3 bilhões de receitas fiscais (provenientes do pagamento de tributos) para o resgate de títulos da dívida interna.

Esse dinheiro poderia ser destinado, por exemplo, ao Programa de Recuperação de Rodovias. Mas, usado para resgatar títulos da carteira do Banco Central, ele não volta a circular no mercado e ajuda na estratégia do governo de acenar com uma política de austeridade ao setor privado.

O artigo 13 condiciona a execução de despesas, mesmo as vinculadas a determinadas atividades, à efetiva entrada dos recursos no caixa do Tesouro. A menos de cinco meses do final do ano, o que o governo pretende, com esse artigo 13, é atrasar a realização dessas despesas — o que poderá nem se concretizar neste ano —, ajudando a elevar o superávit previsto para as contas públicas em 90.

Já o artigo 12 do projeto de lei aumenta a margem de decisão do governo sobre a abertura de créditos suplementares do orçamento (resultado do aumento inflacionário das receitas, por exemplo). Do modo como está redigido ao fazer menção aos orçamentos constantes da lei 7.999, esse artigo pode estar incluindo os investimentos previstos no orçamento das empresas estatais.

Ao aumentar seu poder discricionário sobre a abertura de créditos suplementares, condicionar a realização de despesas à efetiva entrada de recursos no caixa (o que leva no mínimo de 30 a 45 dias a partir do recolhimento) e usar recursos fiscais para abater dívida, a revisão do orçamento indica a manutenção de uma rígida política de controle, com o objetivo de demonstrar ao setor privado que o governo segura suas despesas. A contrapartida dessa política é o aprofundamento da queda de atividade da economia, já que as empresas privadas se acostumaram a tomar os investimentos públicos como sinal para sua própria política de gastos.